

ACTA NÚMERO 4/XII/ 1.ª SL

Aos 26 dias do mês de Julho de 2011, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Srs. Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, para apresentação das conclusões da Reunião de 21 de Julho dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro;

II PARTE

1. Apreciação e votação da Acta n.º 3/XII/2011;
2. Apreciação e votação da resposta da CAE ao questionário da COSAC;
3. Apreciação do Plano de Actividades da Comissão e respectiva proposta de Orçamento;
4. Nomeação de deputado para a reunião interparlamentar sobre o Futuro da Política de Coesão à luz das novas propostas legislativas, no Parlamento Europeu, em 6 de Outubro;
5. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, para apresentação das conclusões da Reunião de 21 de Julho dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, dando as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus e agradecendo a disponibilidade para esta primeira audição

na Comissão de Assuntos Europeus, no âmbito da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, para apresentação das conclusões da reunião dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro, que teve lugar no passado dia 21 de Julho, em Bruxelas. Do mesmo modo, aproveitou para informar os membros da Comissão das razões atendíveis pelas quais a audição, que deveria ter antecedido esta reunião, não se realizou.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e encontra-se acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão, começou por fazer uma breve introdução sobre as prioridades do Governo nesta área, salientando que a integração europeia foi um caminho escolhido por convicção. Aproveitou ainda a oportunidade para convidar a Comissão de Assuntos Europeus a visitar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus. De seguida, apresentou as conclusões da reunião dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro, realçando os seguintes tópicos: o segundo programa de assistência à Grécia, nomeadamente, as suas condições e a participação do sector privado; as medidas acordadas para evitar o contágio, designadamente, ao nível da melhoria da eficácia do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE); e, por último, as medidas acordadas com vista à consolidação orçamental e crescimento na área do euro, incluindo aquelas que se enquadram na governação económica. De realçar ainda, a expressa referência à decisão de aplicar as taxas e os prazos de vencimento do financiamento do FEEF, que foram acordados para a Grécia, a Portugal e à Irlanda.

Após a intervenção inicial do Sr. Secretário de Estado, o Sr. Presidente da Comissão deu a palavra ao Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), que abordou as reacções dos mercados ao segundo Programa de assistência à Grécia, a necessidade de aprovar medidas que promovam o relançamento da economia europeia e solicitou esclarecimentos sobre o funcionamento dos instrumentos de estabilização após as alterações acordadas, designadamente, se será possível o recurso a estes instrumentos sem um programa de consolidação.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus começou por esclarecer que o programa de ajuda acordado para a Grécia, com envolvimento de privados, é totalmente excepcional e que futuros pacotes de ajuda terão de ser estruturados em outros moldes. Relativamente ao relançamento da economia, referiu que a União está a estudar um esquema de comparticipação diferente nos fundos comunitários, nomeadamente, através de uma maior comparticipação comunitária. Por último, referiu que, apesar de ter existido um acordo sobre estas medidas, ainda não existem textos jurídicos e só estes podem esclarecer sobre a forma de recurso aos instrumentos de estabilização, contudo, apenas foram abordadas as possibilidades de concessão de empréstimos a curto prazo para resolver problemas de liquidez dos Estados-Membros, mas não para tratar de questões estruturais, ou para recapitalização do sector bancário.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou esclarecimentos sobre as implicações para Portugal da alteração das condições do empréstimo à Grécia, designadamente, se a taxa de juro e o prazo de amortização são aplicáveis às futuras tranches do empréstimo a Portugal e ainda se o pacote acordado para a Grécia não se trata de reestruturação da dívida pública.

O Sr. Secretário de Estado esclareceu que as condições financeiras acordadas (taxa de juro e prazo de amortização) se aplicam, de facto, para todas as futuras tranches do empréstimo a Portugal. Esclareceu ainda as diferenças entre uma reestruturação da dívida e o segundo programa de ajuda aprovado para a Grécia.

A Sra. Deputada Rita Calvário (BE) começou por comentar que esta cimeira decorreu num contexto de sobrevivência da própria zona Euro e que parte das medidas, ainda que tecnicamente possam ter muitas denominações, encerram, na prática, uma reestruturação da dívida pública. A este propósito suscitou a dúvida sobre o tempo que Portugal teria de esperar para se encontrar numa situação idêntica à da Grécia e, portanto, de acordo com os padrões da UE, em condições para debater um segundo programa de auxílio, pois considerou que uma economia em recessão dificilmente consegue pagar juros de 3,5%. De seguida, aludiu à urgência da discussão de medidas para combater a actual situação social, que não sejam de simples austeridade, as quais agravam a situação económica.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus reafirmou que não se trata correctamente de uma reestruturação, pois apenas os credores, que o desejem, aderem a este segundo programa. De seguida esclareceu que o objectivo prioritário de Portugal tem de ser cumprir todas as medidas nas metas acordadas para poder ir ao mercado nas datas previstas. Relativamente à componente social, o Sr. Secretário de Estado referiu que o Governo estará atento a esse vector.

A terminar a primeira ronda de perguntas, tomou a palavra o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) que começou por comentar a importância dos resultados obtidos, embora estes não possam fazer esquecer as tarefas importantes que Portugal terá que executar. De seguida, solicitou esclarecimentos sobre a referência expressa, nas conclusões, ao défice, mas não aos limites da dívida pública e à intenção de redução da dependência em relação às agências de notação de risco.

O Sr. Secretário de Estado explicitou que não se fez referência à dívida, porque os 60% estabelecidos no Tratado são um *plafond* muito complicado de atingir a curto prazo e o mais importante é conseguir reduzir o défice. Relativamente às agências de notação de risco, o Sr. Secretário de Estado esclareceu que a Comissão se encontra a preparar um pacote de legislação sobre esta matéria.

Na segunda ronda, o Sr. Deputado António Serrano (PS) comentou a situação de crise excepcional e a demora da resposta da União. De seguida, aludiu à oportunidade de recurso aos fundos europeus para promoção do crescimento económico, solicitando esclarecimentos sobre a possibilidade de existir uma alteração legislativa que possa surtir efeitos já neste quadro comunitário de apoio e que possa alterar.

O Sr. Secretário de Estado referiu que a aprovação de alterações ao enquadramento dos fundos europeus dependerá de todos os Estados-Membros, mas a previsão é que possa ser agendado para o conselho sectorial de Outubro/Novembro.

A Sra. Deputada Rita Calvário (BE) aludiu ao ciclo de crises e ao agravamento das condições dos países periféricos, solicitando esclarecimentos sobre o carácter recessivo dos objectivos impostos a estes países. Acrescentou ainda que a União continua a insistir no erro da obsessão pelo défice.

O Sr. Secretário de Estado argumentou em sentido contrário, referindo que apenas orçamentos saudáveis podem alterar a actual conjuntura e permitir o crescimento económico. Do mesmo modo, acrescentou que a situação grega deve servir como exemplo no sentido do integral e sério cumprimento do programa de ajuda.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) abordou o carácter europeu da crise, mas também as suas implicações globais. Solicitou ainda um comentário à existência ou não de alternativas às agência de notação de risco.

O Sr. Secretário de Estado começou por referir que a crise extravasou a zona Euro e que importa ter isso presente para compreender as implicações globais da mesma. Relativamente às agências de notação de risco, referiu que o Governo não tem uma posição estanque sobre o assunto, até porque a criação de uma agência de notação de crédito europeia credível e independente demoraria anos a afirmar-se, pelo que a solução a curto prazo terá de passar pela regulação das existentes.

Por último, o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) abordou a participação do sector privado no segundo programa de ajuda à Grécia, questionando até que ponto se tratou de uma exigência da Alemanha e da Holanda.

O Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus referiu que o programa aprovado não foi uma exigência, mas sim um acordo, que estabelece a adesão voluntária dos provados. Acrescentou que a reacção dos mercados foi muito positiva e que já existem voluntários para participar neste programa.

Não existindo mais inscrições, o Sr. Presidente da Comissão agradeceu a disponibilidade e a presença do Sr. Secretário de Estado. Aproveitou ainda para agradecer e aceitar o convite formulado para uma visita de trabalho à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus.

II PARTE

1. Apreciação e votação da Acta n.º 3/XII/2011;

A acta n.º 3/XII/2011 relativa à reunião da Comissão de 19 de Julho de 2011 foi apreciada e aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

O Sr. Presidente propôs a alteração dos pontos da ordem do dia, tendo obtido para tal o consentimento da Comissão.

4. Nomeação de deputado para a reunião interparlamentar sobre o Futuro da Política de Coesão à luz das novas propostas legislativas, no Parlamento Europeu, em 6 de Outubro;

O Sr. Presidente informou a Comissão que a delegação da Assembleia da República, que irá participar nesta reunião será composta por um Deputado da Comissão de Economia e Obras Públicas e por um Deputado desta Comissão. Atendendo a que a Comissão de Economia e Obras Públicas designou o Sr. Deputado Pedro Saraiva (PSD), caberá ao Grupo parlamentar do PS indicar o segundo elemento da delegação.

O Grupo Parlamentar do PS indicou, a título provisório, a Sra. Deputada Helena André, referindo que esta decisão seria mais tarde confirmada, após a indicação do Coordenador deste Grupo Parlamentar na Comissão.

3. Apreciação do Plano de Actividades da Comissão e respectiva proposta de Orçamento;

O Sr. Presidente da Comissão começou por referir que o Plano de Actividades apresentado tinha incorporadas as propostas dos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP. De seguida, apresentou o Plano de Actividades, realçando a importância da realização de reuniões com os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu e sugerindo que essa prática possa ter início, em Setembro, com os Deputados Diogo Feio (PPE) e Elisa Ferreira (S&D) sobre o pacote de governação económica, tendo em consideração que ambos são relatores de iniciativas que compõem o referido pacote.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) solicitou a palavra para referir a importância do acompanhamento dos conselhos sectoriais atendendo ao seu papel no processo de decisão europeu. Nesse sentido, referiu que a prática mais recente do Conselho tem sido a subversão do espírito de co-decisão através de dois expedientes: por um lado,

nas matérias que carecem de unanimidade, o recurso à cooperação reforçada para ultrapassar os vetos existentes e, por outro lado, através da aprovação pelos Conselhos Europeus de verdadeiras propostas legislativas a serem adoptadas pela Comissão Europeia, contrariando-se assim o espírito dos Tratados. A este propósito deu como exemplos, relativamente à primeira situação, a cooperação reforçada no âmbito da patente europeia e, quanto à segunda situação, o pacote de governação económica.

O Sr. Presidente da Comissão concordou com esta proposta, mas referiu que não existe, actualmente, disponibilidade para acompanhar todos os conselhos sectoriais, pelo que deveria ser feita uma pré-selecção com base nas agendas de cada reunião, no sentido de ser efectuado um acompanhamento selectivo.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) concordou com o Sr. Deputado Alberto Costa (PS), mas alertou que seria irreal tentar agendar audições antes e depois de cada conselho sectorial. Nesse sentido, concordou com o Sr. Presidente no sentido de ser feita uma escolha criteriosa dos conselhos a acompanhar. Contudo, considerou que o mais importante seria envolver as comissões parlamentares competentes no acompanhamento dos respectivos conselhos sectoriais, cabendo à Comissão de Assuntos Europeus a supervisão da realização destas reuniões. Finalmente, propôs que fosse acrescentado ao Plano de Actividades o acompanhamento da Política Europeia de Segurança e Defesa e a Política Externa e de Segurança Comum, designadamente, no que se refere à operacionalização do Serviço Europeu de Acção Externa.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por suscitar a questão de ser correcto ou não, do prisma constitucional, denominar o período de 6 de Julho a 15 de Setembro como 1.ª Sessão legislativa. De seguida propôs a eliminação dos pontos 7.1.3 e 7.1.5 do Plano de Actividades por considerar que a visita a um Estado-Membro é efectuada no âmbito da COSAC e que no ano transacto já foi realizada uma visita às instituições europeias. Por último, propôs que fosse acrescentada a referência à desejável vinda de um Comissário europeu no âmbito da audição sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) considerou, a propósito das deslocações previstas, que será difícil serem concretizadas, atendendo às restrições orçamentais.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) solicitou a palavra para discordar da opinião expressa pelo Sr. deputado Vitalino Canas na sua última intervenção relativamente às deslocações. No seu entender, é importante manter a possibilidade de visita a um Estado-Membro, pois estas viagens servem para troca de opiniões e perspectivas, mas sobretudo para cada interveniente ficar a conhecer melhor o outro. Do mesmo modo, considerou que a visita às instituições europeias seria importante para que os deputados novos no Parlamento e na Comissão pudessem entrar em contacto com o processo decisório europeu.

O Sr. Presidente da Comissão concordou com o exposto pelo Sr. Deputado Carlos Costa Neves e acrescentou que as relações bilaterais com outros Estados-Membros devem ter em atenção consoante os Parlamentos têm um regime de mandato em relação aos Governos, pois será aqueles onde a visita poderá ser mais útil.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) propôs que mantendo-se a previsão de todas as deslocações, fosse alterada a ordem que consta do Plano de Actividades.

Não havendo objecções à alteração do ordenamento do ponto 7.1, o Sr. Presidente da Comissão considerou que o Plano de Actividades estava apresentado e tinha sido adoptado.

2. Apreciação e votação da resposta da CAE ao questionário da COSAC;

Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente propôs que fosse adiado para a próxima reunião para permitir que pudessem ser reunidos contributos dos Srs. Deputados.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP), a propósito do questionário, perguntou se não poderiam ser distribuídas as perguntas em português ou francês. O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) referiu que existiram situações em que as perguntas dos questionários foram traduzidas para português.

O Sr. Presidente da Comissão deu conta de que tinha sido informado que, pelo menos, os últimos três questionários não tiveram as perguntas traduzidas, pelo que essa foi a metodologia seguida. Contudo, solicitou aos serviços que distribuíssem as perguntas em francês, aproveitando para esclarecer que os questionários são sempre remetidos apenas em inglês e francês, as duas línguas de trabalho da COSAC.

5. Outros assuntos.

Finalmente, o Sr. Presidente informou que já tinha dado entrada na Assembleia da República, o ofício do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, indicando o Dr. Vítor Caldeira para ser reconduzido no cargo de juiz do Tribunal de Contas Europeu. Atendendo a que o ofício ainda não mereceu despacho da Sra. Presidente da Assembleia da República, o Sr. Presidente propôs que fosse incluído na Ordem do Dia da próxima reunião o agendamento da audição, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto.

Antes de terminar a reunião, o Sr. Presidente referiu que na próxima reunião também seria importante designar a delegação da Comissão de Assuntos Europeus à XLVI COSAC, de 2 a 4 de Outubro, em Varsóvia. Não havendo nenhuma objecção, o Sr. Presidente sugeriu que se mantivesse a metodologia da última Legislatura, pelo que a delegação será presidida pelo Presidente da CAE e será composta por dois Deputados do PSD, dois deputados do PS e um deputado, em alternância, do CDS-PP ou PCP ou BE.

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de Julho de 2011.

O PRESIDENTE

PAULO MOTA PINTO

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
Bruno Coimbra
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Carlos Zorrinho
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Marques
João Lobo
João Serpa Oliva
José Manuel Rodrigues
Maria Ester Vargas
Maria Helena André
Nuno Filipe Matias
Paulo Mota Pinto
Rita Calvário
Vitalino Canas
António Serrano
Fernando Serrasqueiro
Jorge Lacão
Laura Esperança
Lídia Bulcão
Sérgio Azevedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António José Seguro
Francisco de Assis

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Honório Novo